



VACINAÇÃO
AdUFRJ lança campanha para estimular aumento das coberturas vacinais do país. Imunização caiu muito após governo Bolsonaro.

Página 8

PROFESSORES LGBTQIA+ FALAM DE SEU COTIDIANO NA UFRJ

Página 5



CONTA-SALÁRIO

Governo baixou norma que torna obrigatória, a partir de julho, esse tipo de conta para recebimento dos vencimentos. Mudança afeta apenas alguns professores e técnicos que tinham problemas recorrentes na hora de receber o salário

Página 3

ASSEMBLEIA

QUARTA, 28/06 - 10H

A SER REALIZADA NO FORMATO HÍBRIDO:
PRESENCIAL, NO CENTRO
DE TECNOLOGIA SALA E-212
E VIRTUAL, VIA ZOOM

ADUFRJ

PAUTA ÚNICA:

1. INFORMES;

2. APROVAÇÃO
DO REGIMENTO
DAS ELEIÇÕES
DA ADUFRJ

CARTA AOS SINDICALIZADOS

Car@ colega

Após 31 anos de profícua parceria, a AdUFRJ e o escritório Machado Silva & Palmisciano encerraram um vínculo que gerou múltiplos frutos para o sindicato e para os sindicalizados. A diretoria da AdUFRJ agradece imensamente a dedicação dos advogados. Uma nova assessoria jurídica já foi contratada pela AdUFRJ.

Liderado pela professora e advogada Ana Luísa Palmisciano, o escritório Machado Silva & Palmisciano seguirá acompanhando todos os processos em curso até o dia 17 de julho, quando o atual contrato será encerrado. A diretoria da AdUFRJ e a professora Ana Luísa garantem que não haverá interrupção dos serviços prestados.

Ainda em relação aos processos em andamento, os sindicalizados poderão optar por continuar com o antigo escritório em novos termos, sem interferência da AdUFRJ. Ou seguir, sem custos, com o novo escritório, que terá acesso aos relatórios das mais de 400 ações — individuais e coletivas — em tramitação na Justiça.

HISTÓRIA

O contrato original recebeu três aditivos nestes 31 anos: em novembro de 1999 (com a inclusão de um plantão semanal) e em 2013 e 2020, que acresceram, gradativamente, demandas e plantões adicionais até os patamares atualmente existentes.

O plantão jurídico, ampliado em 2020 — durante a pandemia —, é um sucesso. Somente de lá para cá, foram prestados 1.879 atendimentos jurídicos individuais. Os números, vale ressaltar, não incluem as consultorias feitas por e-mail e não agendadas.

Nos campos individual e coletivo, o escritório orientou os filiados sobre carreira, questões ligadas à liberdade de cátedra, aposentadoria e as mais variadas normativas federais ou internas à universidade: remoções, estágio probatório, licença-prêmio, licença-capacitação, auxílio-transporte, contagem de tempo especial, reduções salariais, determinações de reposição ao erário de parcelas recebidas. O tema da saúde também foi recorrente, como licenças, adicionais ocupacionais e isenção de imposto de renda em casos de doenças graves, por exemplo.

Os advogados participaram da mediação de conflitos

com docentes, ouvidoria e alunos, auxiliaram na contagem de tempo de serviço com atuações junto à pró-reitoria de Pessoal (PR-4), inclusive em relação a tempos de trabalho docente anteriores ao ingresso na UFRJ ou em outros países.

Ao longo dessas três décadas, o escritório se orgulha do trabalho e da dedicação à entidade e aos docentes filiados. O Machado Silva & Palmisciano agradece o apoio de todas as diretorias que passaram pelo sindicato, de todas e todos os funcionários, das equipes administrativa e de Comunicação, sem os quais o trabalho seria muito mais difícil.

Em respeito às mais de três décadas de parceria, a diretoria lista no quadro a seguir algumas das atuações significativas mais recentes da equipe de Ana Luísa Palmisciano.

DIRETORIA DA ADUFRJ

ESCRITÓRIO MACHADO SILVA & PALMISCIANO

AÇÕES JURÍDICAS IMPORTANTES

REFORMAS DA PREVIDÊNCIA

Orientação e adoção de medidas administrativas e judiciais em resposta a todas as reformas da previdência implementadas no país desde 1998. E, nos últimos tempos, pela Emenda Constitucional nº 103/2019 — esta última, a que trouxe regras mais duras e complexas para aposentadoria e pensão.

REPOSICIONAMENTO

Nem sempre uma demanda termina em processo. Após dezenas de recursos administrativos da assessoria, o Consuni elaborou a Resolução 15/2014 que reconhece o direito dos docentes egressos de outras universidades ao reposicionamento no nível e classe em que estavam posicionados antes do ingresso, por concurso, na UFRJ.

PANDEMIA

Durante a pandemia de covid-19, houve diversas frentes administrativas e judiciais. Houve aconselhamentos e reflexões sobre direitos de imagem e voz dos docentes nas aulas remotas, férias, supressão de adicionais ocupacionais, trabalho remoto, afastamentos e impossibilidade de retorno de docentes que estavam no exterior.

INSALUBRIDADE

Nos últimos anos, o escritório também estudou medidas para a resolução dos problemas relacionados à concessão dos adicionais ocupacionais. As restrições aos docentes decorreram de interpretações restritivas da legislação, da falta de equipamentos e de pessoal no órgão da reitoria responsável pelos laudos, entre outros fatores. Os advogados participaram de dezenas de reuniões com a reitoria em busca de uma solução administrativa. Sem êxito, infelizmente. Ao final do ano passado, a AdUFRJ decidiu ingressar com uma ação coletiva, ainda em tramitação, para reconhecimento deste direito.

PROGRESSÕES

O trabalho também tem sido constante contra as restrições às concessões de progressões e promoções implementadas, em especial, a partir de 2019. Os advogados participaram de discussões com os docentes em diversas unidades, com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), pró-reitoria de Pessoal e reitoria. No fim daquele ano, foi possível abrir uma “janela” para os pedidos de progressões múltiplas dos docentes. Mas, diante de novos ataques aos direitos dos professores, não restou outra alternativa: também no fim de 2022, foi ajuizada ação coletiva para questionar as limitações às pro-

gressões e promoções. Sem falar nos processos individuais, que continuaram ocorrendo.

3,17%

Segue na Justiça a execução coletiva da ação que pediu o reajuste dos 3,17% — um reajuste que não foi repassado aos docentes em 1995, na conversão da moeda para o Real.

GED dos aposentados

Também está em andamento a ação que pede a execução das diferenças da extinta Gratificação de Estímulo à Docência (GED) de aproximadamente 200 aposentados que receberam a gratificação de forma reduzida, após o congelamento da parcela.

CAp

Foi iniciada a execução da ação da parcela devida de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) a aposentados do CAp. O RSC permite ao docente receber uma remuneração referente à titulação acima da que possui, desde que tenha cumprido uma pontuação mínima em atividades acadêmicas ou administrativas. Ou seja, um especialista pode ganhar a retribuição por titulação de um mestre e um mestre pode ganhar a retribuição por titulação de um doutor.

NOVOS ADVOGADOS DA ADUFRJ

Os sindicalizados podem ficar tranquilos de que vão continuar com um serviço jurídico de qualidade, após a rescisão com o escritório Machado Silva & Palmisciano. A diretoria já contratou a Lindenmeyer Advocacia (foto), sociedade que há 36 anos defende trabalhadores celetistas e servidores públicos.

Todos os processos judiciais e administrativos em curso poderão ser repassados à nova assessoria jurídica da AdUFRJ, sem nenhum custo para os filiados. Mas a troca de advogados não será automática. O professor terá que ser formalmente comunicado pela ex-advogada de sua renúncia. Neste momento, surge para o docente a opção de contratar um novo advogado. Para mudar o processo para a nova assessoria jurídica, será necessário assinar uma procuração. Na próxima segunda-feira, 26, o documento estará disponível na sede do sindicato.

A partir de 17 de julho, começa o novo esquema de plantão jurídico. Os atendimentos serão ampliados. A assessoria estará disponível às terças, quartas e quintas, de 9h às 17h. Para agendar um horário, é preciso enviar um e-mail para o atendimentojuridico@adufjrj.org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672.



Conta-salário se torna obrigatória para servidores

Mudança só atinge aqueles que têm problemas recorrentes no depósito dos vencimentos. Quem recebe o salário normalmente não tem com o que se preocupar, garante Pró-reitoria de Pessoal

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Uma norma baixada pelo governo federal vai impedir, a partir do próximo mês, que a UFRJ deposite salários ou proventos em contas-correntes comuns ou poupanças. A única modalidade permitida será a conta-salário.

preocupar. Os demais servidores já estão com as informações atualizadas”, garante a pró-reitora de Pessoal, Maria Tereza Ramos.

Via de regra, todos os servidores já recebem seus proventos por uma conta-salário, mas há casos em que os dados estão desatualizados e o salário acaba voltando para a universidade. Quando isto acontece, a UFRJ pode fazer a “devolução” dos valores em qualquer conta indicada pelo servidor. A partir de julho, porém, isto não

será mais possível. Quem tiver problema no depósito do salário só poderá receber o pagamento ao indicar uma outra conta-salário para a devolução desses valores.

A nova conta-salário do servidor pode ser aberta em qualquer instituição bancária e deve ser cadastrada pelo site ou aplicativo SouGov. O sistema repassará à universidade a informação.

Veja o passo a passo de como alterar as informações bancárias.

1. Acesse o aplicativo **SouGov** no celular ou a página **www.gov.br** e clique no botão “**entrar com o gov.br**”.

2. Na tela inicial do **SOUGOV.BR**, em “Solicitações”, clique em “Dados Bancários”.

3. Na tela seguinte, você poderá ver as informações da sua conta-salário. Se precisar fazer alguma correção, é preciso clicar no desenho do lápis ao lado dela.

4. Atenção, será preciso inserir o comprovante de dados bancários (no formato JPEG ou PDF) emitido pela instituição financeira. Clique em “próximo”.



5. Se estiver tudo certo, conclua o processo com o “confirmar”. Após conclusão do procedimento, sua solicitação será enviada, automaticamente, para avaliação da sua Unidade de Gestão de Pessoas.

6. Para acompanhar o andamento do seu pedido, clique em “Solicitações”, disponível no final da tela principal do SouGov.br.





Diversidade conquista lugar cativo na estrutura da UFRJ

> Conselho Universitário aprova Superintendência de Ações Afirmativas e Diversidade. Iniciativa foi festejada pelo colegiado: “Demos um passo importante na direção da reparação histórica”, diz reitor

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A sessão do Conselho Universitário desta quinta-feira, dia 22 de junho, teve a marca da emoção. Foi aprovada a Superintendência de Ações Afirmativas e Diversidade. O tema, adiantado pela última edição do **Jornal da AdUFRJ**, dominou a reunião do colegiado.

A nova superintendência será vinculada diretamente à reitoria da universidade e terá como missão a promoção de “políticas de acesso e permanência de alunos, técnicos-administrativos e professores” que tenham ingressado na UFRJ pelo sistema de cotas. Serão três diretorias-executivas: Admissão, Relações Étnico-Raciais e Gênero e Pertencimento. A equipe mínima, aprovada pelo Consuni, prevê a atuação de 19 pessoas.

“Estou muito emocionada. O movimento negro foi o grande protagonista das ações antirracistas em todo o mundo e, na UFRJ, também é o protagonista das ações afirmativas”, declarou a servidora Denise Góes, diretora da então Coordenação de Políticas Afirmativas e Diversidade. “Os historicamente excluídos precisavam ocupar esse lugar de excelência”, declarou.

Pró-reitor de Graduação, o professor Marcelo de Pádua elogiou e agradeceu a atuação de Denise Góes na constituição das comissões de hereoidentificação de graduação. “Eu saio diferente do que entrei neste processo. São três anos e meio atuando na heteroidentificação, com 13.165 estudantes beneficiados e nenhuma denúncia de fraude desde 2020”, orgulhou-se.

Reitor eleito, o professor Roberto Medronho celebrou a criação da nova instância. “Saúdo efusivamente esta superinten-

dência com a qual eu concordo e apoio desde sempre”, afirmou. “Reafirmo publicamente a luta antirracista na UFRJ. Eu e a professora Cássia (Turci, vice-reitora) estamos empenhados nessa luta”, disse. “Não é possível que só os estudantes negros continuem sendo obrigados a apresentar identificação aos vigias quando circulam pelos prédios da universidade”, denunciou.

O reitor eleito se comprometeu a avançar nas discussões para transformar a superintendência recém-criada numa pró-reitoria. E sugeriu dois possíveis caminhos: um, torná-la uma pró-reitoria associada às políticas estudantis, ou seja, reformular a atual PR-7 para congregar as ações afirmativas. Outra, criar uma pró-reitoria específica de ações afirmativas. “O primeiro caminho seria o mais rápido, para a transformação imediata da superintendência em pró-reitoria. O segundo, também é possível, depende do apoio intenso do governo federal para liberação de novos cargos”, sinalizou.

Luzia Araújo, ouvidora da UFRJ, relatou que foi barrada no estacionamento quando chegou ao Parque Tecnológico na manhã desta quinta-feira. “Meu relato dialoga diretamente com o que o professor Medronho acaba de falar. Eu fui barrada ao tentar estacionar meu carro, às 9h15. É esse o tratamento que a gente, que é negro, recebe cotidianamente”, desabafou.

Em diversas falas, os conselheiros lembraram o professor Marcelo Paixão, ex-docente do Instituto de Economia da UFRJ e precursor da luta pela implantação de cotas raciais na universidade. Um deles foi o professor Ricardo Medronho, diretor da AdUFRJ. “Fui colega de Consuni do professor Marcelo Paixão. Ele paulatinamente, em todo



SILVANA SÁ

“**Há poucos negros no mestrado e no doutorado. Não é porque a gente não quer fazer pós-graduação. É porque o racismo expulsa as pessoas pretas e pardas dessa universidade**”

NATÁLIA TRINDADE
Representante da APG no Consuni

Conselho Universitário, falava da importância de a UFRJ implantar cotas”, contou. “Eu fico feliz de ter votado a favor da primeira resolução que estabeleceu cotas na universidade”.

Apesar de celebrar, o dirigente da AdUFRJ pontuou a importância de a universidade continuar a avançar nas questões raciais. “Parabéns a todos que sucederam o professor Marcelo Paixão. Sem dúvidas, hoje é uma grande conquista, mas reconheço que ainda precisamos avançar”.

Decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o professor Vantuil Pereira também celebrou o momento. “Esse processo foi iniciado pelo professor Marcelo Paixão, mas seu projeto foi negado. O que foi aprovado, em 2010, foi a criação de cotas sociais. As cotas raciais só foram aprovadas pelo Consuni por força de lei, em 2013”, lembrou.

O reitor Carlos Frederico Leão Rocha também sublinhou a negativa do Conselho Universitário de 2010 de criar as cotas raciais. “Nós rejeitamos as cotas para negros em 2010, então,

de certa forma, o que estamos fazendo aqui é uma reparação histórica. Demos um passo importante nessa direção”.

Pela Associação de Pós-Graduandos, a estudante Natália Trindade também festejou a aprovação da superintendência. “Só a gente sabe o que a gente vive. Eu sou filha do Reuni, sou filha das cotas. A gente chegou na pós-graduação”, disse a estudante, que comentou a ainda baixa presença de pessoas pretas na pós-graduação. “Há poucos negros no mestrado e no doutorado. Não é porque a gente não quer fazer pós-graduação. É porque o racismo expulsa as pessoas pretas e pardas dessa universidade”.

Representante do DCE Mário Prata, a estudante Giovanna Tavares comentou a diversidade do público que acompanhava a sessão. “É a primeira vez que me sinto tão à vontade no Consuni. É muito bom ver nossos rostos negros nesses bancos”.

A nova superintendência deve assumir os trabalhos no começo da nova gestão da universidade, em julho.

NOTAS

CARLOS FREDERICO ROCHA SE DESPEDE DO CONSUNI

O Consuni do dia 22 marcou a despedida da atual gestão da UFRJ. O reitor Carlos Frederico Leão Rocha falou ao **Jornal da AdUFRJ** sobre a emoção do momento. “Enfrentamos dois anos de pandemia e três anos e meio de Bolsonaro. Tenho orgulho de nossa trajetória, que superou as dificuldades. É importante finalizar o mandato com a aprovação desta Superintendência de Ações Afirmativas e Diversidade. Esse foi um tema que recebeu especial atenção nossa durante todo o mandato”.

SERVIDOR DO INSTITUTO DE QUÍMICA SERÁ NOVO EMÉRITO

O servidor técnico-administrativo Tarcísio Pereira da Cunha, aposentado do Instituto de Química, será o novo técnico emérito da UFRJ. A aprovação aconteceu por unanimidade no Conselho Universitário deste dia 22 de junho. Ex-diretora do IQ e ex-decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, a professora Cássia Turci, vice-reitora eleita da universidade, celebrou o compromisso do funcionário com a UFRJ. “É o tipo de servidor que nos orgulhamos de ter”, declarou.

REITORIA GARANTE APROVAR PROGRESSÕES DA EQ

No início do Conselho Universitário, o diretor da AdUFRJ e representante dos eméritos, professor Ricardo Medronho, criticou a atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) nos processos de progressão da Escola de Química. O imbróglio foi contado na edição nº 1.275 deste jornal. Reitor da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha garantiu que a reitoria continuará aprovando as progressões à revelia da CPPD. A gestão está amparada por parecer da Procuradoria.



PROFESSORES LGBTQIA+, COM MUITO ORGULHO

FRANCISCO PROCÓPIO

comunica@adufRJ.org.br

No mês em que o mundo celebra a diversidade sexual, o Jornal da AdUFRJ publica emocionantes depoimentos de docentes sobre o cotidiano da comunidade LGBTQIA+ nos campi. “No meu início, o ambiente não era muito receptivo. Ao longo dos anos, isso foi melhorando. Fui patrono e paraninfo por 14 vezes”, resume Ricardo Henry Dias, da FACC.

Marcelo Alexandre de Melo, da Letras, ressalta a importância de falar sobre o assunto em sala de aula. “É um movimento de afirmação, de orgulho. É um ato político. É importante que a gente fale sobre este tema também na sala de aula e em todos os lugares. Principalmente quando você é professor e está em uma situação de certo destaque”, pondera o docente.

Também da Letras, Katia Teonia reconhece que, recentemente, a universidade adotou uma série de medidas inclusivas, mas avalia que ainda há muito por fazer. “Como aluna, não me lembro de ter tido algum docente LGBTQIA+. Existe uma questão de representatividade aí. Tivemos mudanças institucionais importantes na UFRJ, como a resolução que assegura o nome social a pessoas trans. Vejo espaços de debates pautando o assunto na universidade. Existe a ouvidoria também, mas acho importante estarmos sempre pensando os mecanismos de combate às violências. Temos muito o que fazer ainda”, alerta.

DEPOIMENTOS



**MARCELO
ALEXANDRE
LOPES DE MELO**
Professor da Letras

Sou filho de pai militar e fiz colégio militar por sete anos. No fim dos anos 1980, início dos 1990, não havia discussões sobre questões LGBTQIA+. Instintivamente, desde a minha adolescência, fui aprendendo a me esconder dentro de uma identidade que não era minha. Era um sentimento de preservação, que me levava – sem perceber – a esconder gestos, a gesticular menos, a usar determinado tipo de roupa e a falar com determinado tom de voz. Essas pequenas violências diárias foram muito significativas. Eu me assumi no ano 2000, com 24 anos. Hoje tenho 46.

Entrei na UFRJ como professor substituto em 2015. Em 2016, um aluno da Letras, que era gay, o Diego Vieira, foi assassinado aqui no campus. Houve uma reunião na faculdade para cobrar as medidas cabíveis para a apuração do caso. Esse encontro iria ocorrer no dia da minha aula. Mande um e-mail para os alunos e disse que não daria a aula porque como professor, aluno — eu era doutorando — e um homem gay dessa instituição, não poderia deixar de participar desta reunião. Muitos ficaram surpresos. Provavelmente essa surpresa se deu em razão do estranhamento causado pelo fato de muitos terem um professor gay que falasse abertamente sobre sua sexualidade. Acredito que a maioria nunca devia ter tido um professor abertamente gay que dialogasse sobre sua orientação sexual, ainda mais relacionando tudo isso a um episódio de tamanha violência. Assim como Diego, eu poderia ter sido alvo daquela violência toda. E o próprio choque já mostrou que eu precisava falar mais sobre isso.

É importante que a gente fale sobre este tema também na sala de aula e em todos os lugares: é um movimento de afirmação, de orgulho. É um ato político. Principalmente quando você é professor e está em uma situação de certo destaque. É importante falar do meu companheiro, dos meus afetos, assim como qualquer outro professor fala em sala de aula. Quem é LGBTQIA+ sabe da dificuldade de tornar isso um hábito diário. E muitos alunos LGBTQIA+ enxergam na gente uma possibilidade de existir, porque somos professores da UFRJ, a maior universidade federal do país. E podemos ocupar qualquer lugar.

Aqui na Letras, é mais tranquilo. É um ambiente muito mais plural e acolhedor do que fora da universidade. Temos um ambiente politizado em relação a essas e outras questões. Mas, infelizmente, acho que a universidade como um todo ainda discute muito pouco estas questões.



KATIA TEONIA
Professora da Letras

Estou aqui há 12 anos como professora efetiva e há mais tempo como substituta. E, desde antes disso, sou uma mulher casada com outra mulher. Mas só agora estou sendo convidada a falar sobre o tema em um espaço para docentes. Isso é uma prova de que as coisas estão mudando para melhor. Pode ser que eu esteja sendo injusta, mas não me lembro de ter visto uma matéria visibilizando os docentes e técnicos da UFRJ que são pessoas LGBTQIA+.

Sou muito grata o tempo todo às alunas, aos alunos e aos alunes por me ajudarem a reconhecer quem sou.

Quando estava acabando meu contrato como substituta lá em 2008, eles resolveram fazer uma homenagem para mim. Foram até meus pais, minha esposa e amigos e pegaram depoimentos e fotos para exibir em um auditório.

Um desses depoimentos foi o da minha esposa Renata. Só que eu não sabia que minha mãe estava lá atrás, no auditório. Foi um momento muito especial, porque eu nunca tinha conversado com ela sobre este assunto.

Sou bissexual. Eu era noiva de um rapaz e terminei com ele para ficar com a Renata, com quem estou casada há 21 anos. Eu saí de casa, falando: ‘mãe, vou morar com uma amiga’. Então esse momento de homenagem dos alunos foi também quando pude falar com a minha mãe abertamente sobre o tema e, a partir dali, tudo mudou.

Não existe nenhum coletivo LGBTQIA+ de docentes, pelo menos aqui na Faculdade de Letras. Não conheço na UFRJ. Está aí uma boa sugestão. Nesse aspecto, os alunos nos dão muitas aulas.

Como aluna, não me lembro de ter tido algum docente LGBTQIA+. Existe uma questão de representatividade aí. Em 2008, depois daquele episódio, fui procurada por uma aluna. Ela disse ter sido muito importante me ouvir naquela homenagem, porque estava passando por um momento de se reconhecer como uma mulher que gosta de mulher.

Tivemos mudanças institucionais importantes na UFRJ, como a resolução que assegura o nome social a pessoas trans. Vejo espaços de debates pautando o assunto na universidade. Existe a ouvidoria também, mas acho importante estarmos sempre pensando os mecanismos de combate às violências. Temos muito o que fazer ainda.



**RICARDO HENRY
DIAS ROHM**
Professor da FACC

Entendo que é publicamente sabido que não sou heterossexual. Até porque eu tenho sido uma referência para muitos alunos que me procuram com dificuldades de discriminação, não se sentindo bem na universidade. Eu oriento, converso, sempre foi assim.

Sofri homofobia diversas vezes. Na juventude, já vivi situações que precisei enfrentar fisicamente as pessoas, e não deixei de enfrentar, já que eu praticava artes marciais. Na UFRJ, mesmo como professor, o ambiente não era muito receptivo, no início, em 2006. Como eu comecei a orientar pesquisas na área da diversidade e isso não existia na FACC, percebi algumas reações veladas, alguns comportamentos de estranheza. Ao longo dos anos, isso foi melhorando. Felizmente, sou muito bem quisto. Fui patrono e paraninfo de turma de formatura por 14 vezes. Isso deve significar alguma coisa.

Evidentemente, no período bolsonarista, a situação voltou a piorar, até por parte de alguns alunos extremistas. Durante a pandemia, uma live de pesquisa da universidade sobre diversidade foi invadida por extremistas. Assustou inclusive os professores que não tinham vivência com esse tipo de discriminação e se solidarizam conosco. Mas não me deixo dobrar por esse tipo de coisa, não.

Não faço parte de nenhum coletivo, mas tenho um programa de pesquisa que criei há 14 anos, com uma parte de desenvolvimento humano na qual oriento alunos de graduação e pós-graduação que trabalham com o tema da diversidade.

Há um clima mais favorável e mais aberto, mas há muito trabalho a ser feito. Acho que deveria haver uma orientação, inclusive, do corpo docente da universidade. Não é simplesmente fazer uma palestra aqui, outra ali para todo mundo ficar politicamente correto, não. Vou além. Especificamente no caso de professores, deveria até contar para a progressão funcional. Para os professores fazerem progressão na universidade, independentemente da atividade de pesquisa, ensino, extensão, deveriam frequentar alguns cursos de formação ligados à diversidade e à sustentabilidade. Questões que são prementes no mundo contemporâneo.



FOTOS: FRANCISCO PROCÓPIO



Refugiados mostram sua cultura na Praia Vermelha

> Feira em celebração ao Dia Mundial do Refugiado reuniu representantes de vários países com moda, artesanato, gastronomia e arte. Já há 110 milhões de deslocados no mundo, segundo a ONU

FRANCISCO PROCÓPIO
comunica@adufrrj.org.br

A confeitaria angolana Anica Martins fugiu de sua terra natal para o Brasil com medo de que a guerra civil, que há décadas assola o país africano, voltasse a se aproximar das cercanias da capital Luanda, onde morava. No Rio de Janeiro, cidade onde se abrigou, Anica conseguiu reconstruir sua vida. Na terça-feira (20), a confeitaria angolana era uma das mais animadas na Feira da União, evento que celebrou o Dia Mundial do Refugiado, no campus da Praia Vermelha. “Eu quero fazer uma faculdade de Gastronomia, para poder fechar o círculo que

começou com a formação no Ensino Médio, graças ao programa Educação Para Jovens e Adultos (EJA). Vossa pátria me acolheu com muito carinho e me deu oportunidades”, disse Anica (foto abaixo), emocionada.

O campus da Praia Vermelha ganhou cores e sotaques do mundo inteiro na Feira da União. Refugiados de vários países, sobretudo da América do Sul e da África, expuseram sua cultura em 20 barracões montadas em frente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Além de comidas típicas e apresentações artísticas de canto, dança e circenses, os expositores puderam mostrar criações de moda e artesanato de seus países: Angola, Argentina, Colômbia, Congo, Equador, Senegal, Síria, Uruguai e Venezuela. A feira foi organizada pelo Centro de Atendimento aos Refugiados, em parceria com a Minerva Consultoria, empresa júnior da UFRJ.

Alguns refugiados relataram dificuldades. Mili Yanez, que veio para o Brasil em decorrência da crise econômica na Venezuela, produz peças de artesanato para sobreviver e mora em uma ocupação no Centro do Rio. “No início sofri xenofobia, racismo. Mas agora estou bem. Ainda há pessoas que não gostam da gente, mas não se pode



agradar todo mundo”, relatou Mili. As peças da venezuelana encantaram a estudante Beatriz Amat, aluna do curso de Jornalismo. “Foi muito legal ver pessoas de outros países expondo um pouco da sua cultura. É muito interessante ter contato com os refugiados que chegam ao Brasil. Espero que tenha uma próxima”, contou Beatriz.

Assistente social no Centro de Acolhimento São Vicente de Paulo, projeto que conta com mais de 1.500 famílias refugiadas registradas, Samara Franco elogiou a iniciativa. “É a oportu-

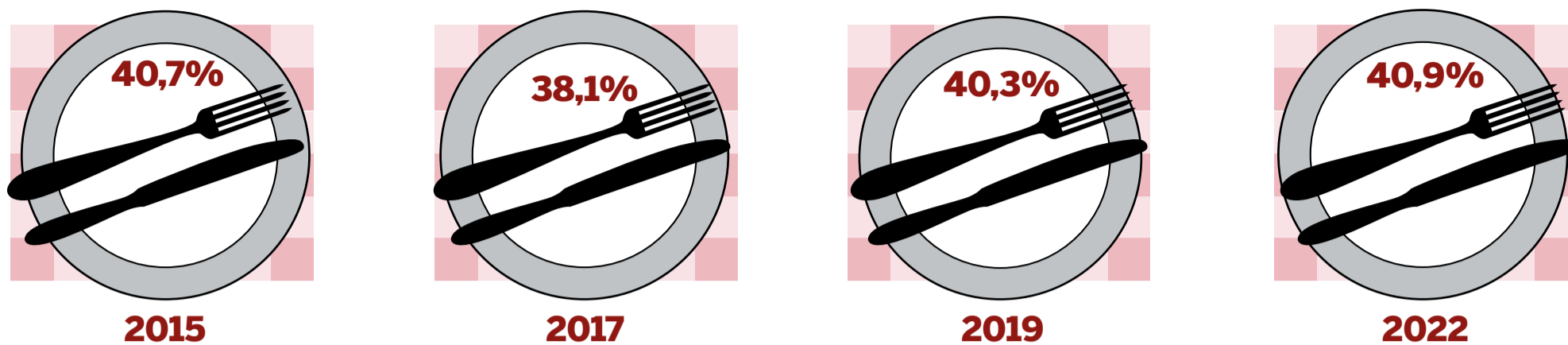
nidade de ter uma vitrine para uma reflexão sobre o tema dos refugiados e para gerar esse intercâmbio cultural”, destacou Samara, que trabalha com estudantes voluntários no atendimento aos refugiados. Um desses voluntários é Gabriel De Lannoy, presidente da Minerva Consultoria: “A realização dessa feira foi muito positiva para a universidade, porque demonstra que seus alunos são capazes de realizar eventos muito importantes, jogando luz sobre questões sociais muito importantes como o tratamento dos

refugiados”, avaliou Gabriel.

De acordo com o relatório “Tendências Globais sobre Deslocamento Forçado 2022”, da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o número de pessoas deslocadas por guerra, perseguição, violência e violação de direitos humanos chegou a 108,4 milhões — 19,1 milhões a mais em relação ao ano anterior. Segundo a agência, a trajetória de deslocamentos se acentuou em 2023, sobretudo com a eclosão de um novo conflito no Sudão, elevando o total global para 110 milhões de pessoas até maio.



Índice síntese de saudabilidade — Campus do Fundão



Alimentação saudável fica com nota baixa no Fundão

> Pesquisa do Instituto de Nutrição Josué de Castro mostra que alimentos comercializados na Cidade Universitária deixam a desejar. Refeições dos bandejões não foram analisadas

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Com reconhecido grau de excelência em várias áreas do conhecimento, o campus do Fundão está bem longe da nota máxima quando o tema é alimentação saudável. De acordo com um estudo feito ao longo de 2022 por pesquisadores do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC-UFRJ), o ambiente alimentar da Cidade Universitária é composto, em sua maioria, por serviços de alimentação que desfavorecem escolhas alimentares saudáveis. Foram visitados 65 estabelecimentos permissionários. O campus do Fundão alcançou 40,9% em 100% possíveis no índice síntese de saudabilidade, o principal do estudo.

“É muito abaixo do que a gente considera como um ambiente saudável”, avalia a professora Leticia Tavares, do curso de Gastronomia do INJC e coordenadora do estudo, intitulado “Conhecendo o ambiente alimentar da UFRJ”. Participaram do trabalho a professora Maria Eliza Assis dos Passos, também do curso de Gastronomia, e Paulo Cesar de Castro Junior, do curso de Nutrição do INJC. Segundo Leticia, o levantamento faz parte de um projeto maior denominado “Ambiente ali-

mentar universitário: UFRJ”. O inquérito foi o quarto de uma série iniciada em 2015 e só interrompida durante a pandemia de covid-19 (veja tabela).

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi feita por alunos do INJC, sob a supervisão dos professores, em todos os estabelecimentos que ofereciam alimentos para consumo imediato e que concordaram em participar do estudo. “Praticamente não há recusas em participação dos estabelecimentos”, diz Leticia Tavares. Os bandejões universitários não fazem parte do estudo: “Temos os dados deles, mas apresentados separadamente. É sem dúvida a opção com melhor índice de saudabilidade”, garante a professora.

Os pesquisadores utilizaram um questionário largamente usado em pesquisas, e adaptado inclusive para avaliação de cantinas escolares. “Levamos em consideração uma lista de alimentos e conferimos se há ou não a disponibilidade deles nos estabelecimentos. A pontuação máxima é alcançada quando o serviço oferece todos os alimentos que nós consideramos saudáveis, e não oferece nenhum dos que consideramos não saudáveis”, explica a coordenadora do estudo.

Os alimentos foram divididos

em dois grupos. O primeiro é composto pelos alimentos in natura, minimamente processados ou processados, e preparações culinárias baseadas nesses alimentos (AIMPP): hortaliças cruas ou cozidas, frutas frescas, sucos de frutas naturais, arroz integral, leguminosas, molhos caseiros, água de coco e café. O segundo inclui os alimentos ultraprocessados e preparações culinárias baseadas nesses alimentos (AUPP): snacks e molhos ultraprocessados, salgados, guloseimas, doces contendo alimentos processados ou ultraprocessados, refrigerantes e outras bebidas açucaradas, bebidas energéticas e refrescos industrializados.

Os estabelecimentos foram agrupados de acordo com os tipos de alimentos mais vendidos. No segmento AIMPP estão os restaurantes a quilo, à la carte, por prato feito, buffet livre e rodízio. No grupo AUPP ficam as lanchonetes e cafeterias sem venda de refeições, bombonieres e bares. Os mistos são aqueles em que não há predomínio de venda de AIMPP ou AUPP, como lanchonetes e cafeterias com venda de refeições.

“Percebemos que as características do ambiente alimentar universitário desencorajam uma alimentação saudável e estimulam práticas alimentares não saudáveis. Nesse contexto,

modificar o ambiente e realizar diferentes intervenções podem contribuir para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis”, avalia a professora Leticia. Algumas intervenções já estão em curso. Uma delas é um curso voltado para gestores dos serviços permissionários de alimentação, criado a partir de uma tese da professora Maria Eliza Assis dos Passos.

Além disso, o INJC tem desenvolvido outras atividades para melhorar a alimentação na UFRJ, como oficinas culinárias promovidas pelo projeto de extensão Gastronomia na Promoção da Saúde, em parceria com o projeto de pesquisa Ambiente Alimentar Universitário. O objetivo é o desenvolvimento de receitas para os serviços de alimentação da universidade que utilizem ingredientes in natura e minimamente processados no lugar de produtos ultraprocessados.

DESDOBRAMENTOS

As informações recolhidas e sistematizadas pelos inquéritos de 2015, 2017, 2019 e 2022 serviram de base à criação de um Grupo de Trabalho do INJC para atender a um pedido da PR-6: definir diretrizes e critérios básicos a serem considerados nos Termos de Referência para cessão de espaços para serviços de alimentação da UFRJ. Essa demanda levou à publicação

da portaria INJC 349, de 14 de setembro de 2022, que estabelece uma base normativa para os editais de licitação de estabelecimentos de alimentação.

A portaria foi apresentada pela vice-diretora do INJC, a professora Verônica Oliveira Figueiredo, no Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), de 13 de junho passado. “Diante desses achados do estudo, é muito difícil a gente não se preocupar com o ambiente alimentar ao qual a nossa comunidade está exposta. E a gente não fala aqui só da alimentação, mas da sustentabilidade, pois isso passa também pela quantidade de resíduos gerados por uma alimentação ultraprocessada”, alertou Verônica.

A vice-diretora do INJC acredita que a portaria abra a possibilidade de novos desdobramentos práticos para a UFRJ. “Nossa ideia agora na comissão, que se tornou permanente, é sair da teoria, fazer modelos para diferentes serviços. Modelos para restaurantes, bistrôs, cantinas. O trabalho vai continuar. Há uma parceria em curso com o IESC (Instituto de Estudos de Saúde Coletiva) que já está usando essas diretrizes para licitação de uma cantina na unidade. A portaria não proíbe nada, apenas incentiva a oferta daquilo que é mais saudável”, informa a professora.

CAPES LANÇA EDITAL VOLTADO PARA PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM NOTA 3

A Capes lançou um edital de R\$ 132 milhões que oferece uma oportunidade valiosa para os programas de pós-graduação (PPG) que tiveram nota 3 em suas três últimas avaliações. Com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade e da excelência desses programas, o edital proporciona recursos financeiros e apoio para capacitação. A ideia é contribuir

para a redução de assimetrias regionais no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

O investimento será realizado ao longo de até cinco anos e prioriza as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, onde as assimetrias ainda são mais evidentes. Mais de 75% dos recursos serão para essas regiões do país.

Cada programa contemplado contará com até R\$ 40 mil em recurso de investimento e R\$ 40 mil para custeio. Cada proposta vencedora ganhará oito bolsas no país (quatro de mestrado, uma de doutorado, duas de pós-doutorado e uma de professor-visitante sênior) e três no exterior (uma de professor-visitante sênior, uma de professor-visitante júnior e



uma de professor-visitante estrangeiro).

A Capes realiza avaliações periódicas dos programas de pós-graduação. Essa avaliação é de extrema importância. Uma boa nota indica reconhecimento da qualidade do trabalho realizado, confere prestígio ao programa e fortalece sua reputação tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Isso pode atrair alunos talentosos, pesquisadores renomados e parcerias com instituições de ensino e pesquisa de destaque. (Lucas Abreu)



AdUFRJ lança campanha para ampliar vacinação



KELVIN MELO
kelvin@adufRJ.org.br

A AdUFRJ acaba de lançar uma campanha em defesa da vacinação. Bottons com os dizeres “Professores com Zé Gotinha” estão disponíveis na sede do sindicato e poderão ser retirados pelos filiados. A iniciativa busca minimizar os danos produzidos pela desinformação sobre as vacinas, especialmente durante o governo Bolsonaro. Mas com consequências gravíssimas até hoje.

“A ideia é que os docentes usem o Zé Gotinha em sala de aula e em suas atividades sociais. A influência de professores em relação ao tema vacinação é comprovadamente relevante”, afirma a professora Ligia Bahia, especialista em saúde pública e idealizadora da campanha. “O Zé Gotinha é um personagem que preci-



sa apaixonar o país. Precisamos de altas coberturas vacinais e ampliar o cardápio dos imunizantes no SUS, incluindo o mais rápido possível uma vacina efetiva para dengue”, completa.

Antes referência internacional de vacinação, o Brasil agora corre o risco de voltar a sofrer com doenças evitáveis ou até mesmo com aquelas que foram erradicadas há anos. A queda da cobertura vacinal começou em 2016 e foi ampliada a partir da pandemia, em 2020.

O país hoje é considerado de alto risco para o retorno da pólio e pode perder outras conquistas, como as eliminações da rubéola, do tétano materno e neonatal, além do controle da difteria. O alerta é da Sociedade Brasileira de Imunizações. O sarampo, que chegou a ser eliminado, voltou.

